

PREFÁCIO

Transição Energética - Definições, Regulação e Atividade Legislativa no Brasil

Isabel Veloso Antônio Maristrello Porto José Ronaldo de C. Souza Jr.

Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2026

Jerson Kelman

20/12/2025

A humanidade já protagonizou diversas transições energéticas, sempre na direção do aumento da produtividade. Da força dos próprios músculos, para a tração animal, a máquina a vapor, o motor de combustão, a eletricidade... A atual transição energética é diferente. Não visa fazer as coisas de modo mais eficiente, e sim mitigar uma externalidade - a emissão de gases de efeito estufa - que pode causar mudanças climáticas catastróficas para parte da humanidade.

No atual estado tecnológico, produtos descarbonizados custam em geral mais caro do que os feitos com o uso de combustíveis fósseis. É o que Bill Gates denominou de *green premium*. A disposição de pagar o *green premium* varia de país para país, em função do nível de desenvolvimento.

Nos países ricos, grande parte da população pode se dar ao luxo de fazer pequenos sacrifícios no presente - pagar *green premiums* - para assegurar às próximas gerações um futuro ao menos tão confortável quanto o atual. Mas é também preciso que haja vontade política. Foi o caso do presidente norte-americano Joe Biden, que lançou em 2022 o "Inflation Reduction Act" (IRA) - a mais abrangente legislação climática da história dos EUA. Como se sabe, a volta ao poder do presidente Donald Trump fez o relógio andar para trás e o IRA foi desmontado.

Já nos países pobres, em que falta tudo, é difícil impor ainda maiores restrições à presente geração para defender o interesse das próximas gerações. Ou seja, nossa contribuição para a solução dos problemas globais do século XXI esbarra na necessidade de alocar recursos para solucionar problemas locais ainda pendentes do século XX, nas áreas de educação, saúde, segurança e saneamento básico.

Por outro lado, a transição energética pode se configurar como uma oportunidade para países que detêm vantagens comparativas na produção de energia renovável, como o Brasil, se for possível impulsionar a exportação de produtos com baixo teor de carbono. Somos efetivamente uma "potência energética natural". Possuímos a biodiversidade, o sol, o vento e as águas.

No entanto, o potencial natural, por si só, não garante o protagonismo. A verdadeira transição ocorre no campo das instituições, da segurança jurídica e da capacidade do Estado - Legislativo e Executivo - em formular políticas que transformem recursos em desenvolvimento sustentável. Não é só. É preciso também que haja um mercado externo comprador dos produtos *low carbon made in Brazil*. É uma das razões para o interesse em finalizar o acordo comercial entre o Mercosul e a Comunidade Europeia, depois de 26 anos de negociação.

Esta obra, fruto do esforço coletivo do Núcleo de Estudos Avançados em Transição Energética (NEATE) da FGV Direito Rio, preenche uma lacuna na literatura especializada ao integrar a análise técnica das fontes de energia com a realidade do processo legislativo brasileiro.

Ao mapear o arcabouço normativo vigente e detalhar o rito do processo legislativo, os autores preparam o terreno para a contribuição empírica apresentada no Capítulo 5. Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa inédita de proposições legislativas que tramitaram no Congresso Nacional desde 1988, a obra revela como o Parlamento brasileiro tem reagido aos desafios energéticos.

Os dados compilados e analisados evidenciam picos de atividade legislativa correlacionados a marcos globais e crises internas, demonstrando um interesse crescente, porém muitas vezes fragmentado, do legislador na proposição de fomentos e regulações.

Essa "radiografia" do Congresso confirma a minha percepção de que a profusa produção legislativa dos últimos anos para supostamente acelerar a transição energética também criou problemas, sobretudo quando projetos de lei sugeridos por lobbies defenderam interesses específicos, dissociados da otimização sistêmica, resultando em subsídios desnecessários e disfuncionalidades operativas. Embora as soluções técnicas sejam conhecidas e debatidas há anos, não são implementadas. O entrave não é de natureza técnica, mas política.

Os autores nos entregam um conjunto de informações que substanciam uma conclusão poderosa: para que o Brasil consolide sua posição como ator estratégico global na transição energética, precisamos de uma governança que limite a atividade legislativa à formulação de políticas públicas, deixando para as agências reguladoras o equacionamento de temas técnicos.

Produzida por uma equipe multidisciplinar que une economistas e juristas, desde pesquisadores seniores até alunos de graduação e pós-graduação, esta obra é um convite à reflexão sobre os caminhos que o Brasil deve trilhar. Ela nos lembra que a transição energética é tanto um desafio de engenharia quanto uma construção institucional.